



Prefácio

A Convergência Estratégica: Soberania, Segurança e Clima como a Agenda Inadiável para o Brasil

O Fim das Fronteiras Temáticas

Por muito tempo, os debates sobre meio ambiente, segurança, defesa e diplomacia correram em trilhas paralelas, muitas vezes confinados em sua própria esfera de especialistas e sem interlocução com outros setores. Desde a sua criação, o Centro Soberania e Clima (S&C) tem trabalhado ativamente para reverter esse insulamento, partindo da premissa de que as soluções para a mudança do clima exigem a integração desses setores. O objetivo é construir um diálogo que equilibre diferentes perspectivas e interesses, focado na formulação de soluções que tenham como objetivo principal o bem-estar, o desenvolvimento e a segurança dos cidadãos brasileiros e o desenvolvimento sustentável do país.

Em 2025, ano em que o Brasil assume um protagonismo inédito ao sediar pela primeira vez a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) em sua 30ª edição, a COP30, o S&C intensificou suas ações para promover essa discussão e buscar convergências que contribuam para a formulação de políticas públicas. Dentre essas iniciativas, destacam-se esta própria Edição Especial da Revista Diálogos Soberania e Clima, “O Brasil na Agenda do Clima”, uma série de infográficos sobre temas que vão desde a educação ambiental aos minerais críticos e estratégicos, webinars e workshop sobre os desafios de segurança e desenvolvimento na Amazônia, e o relançamento do curso “Mudança do Clima e as Agendas de Segurança e Defesa”.

Foi precisamente a [Aula Inaugural](#) deste curso que materializou essa convergência de forma emblemática. O evento não foi apenas mais um encontro sobre esses temas; foi a certidão de que essas trilhas não apenas se cruzaram, mas se fundiram de forma irreversível. Ao reunir um General do Exército, Sérgio Etchegoyen, uma Embaixadora e negociadora-chefe da COP30, Liliam Chagas, uma ex-Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, um Comandante Militar da Amazônia Oriental, General Vendramin, e um líder da sociedade civil e do setor privado, Marcelo Furtado, o que emergiu não foi um diálogo de nichos, mas a formação de uma convergência robusta e urgente: a segurança climática é, hoje, o novo centro de gravidade da Segurança Nacional – aí incluídas as seguranças energética, alimentar, climática e humana –, e da inserção estratégica do Brasil no mundo.

Trazer a análise desse encontro de alto nível para a abertura da revista não é uma escolha trivial. As reflexões que se seguem, protagonizadas por líderes de setores historicamente estanques, estabelecem o enquadramento estratégico e a tese central que unifica esta edição especial: o clima não é mais um apêndice, mas o pilar que reconfigura a soberania, a defesa e o projeto de desenvolvimento do Brasil.

A “urgência climática”, como definiu a moderadora Larissa Basso, “deixou de ser uma projeção para se tornar uma realidade”, que afeta o território, a economia e, acima de tudo, a população. E essa realidade impõe uma nova gramática estratégica. O que se segue é uma

análise das convergências que definem este novo e complexo entendimento de segurança para o Brasil.

A crise atual do multilateralismo, como argumenta a Embaixadora Liliam Chagas, tem imposto desafios ao enfrentamento da crise climática. As instituições internacionais, concebidas no pós-Segunda Guerra, têm se mostrado cada vez mais incapazes de dar respostas para as demandas de um mundo contemporâneo em transformação. Ao mesmo tempo, como demonstra a análise do Gen. Sérgio Etchegoyen, o cenário internacional está marcado por uma profunda instabilidade, por exemplo, através do ressurgimento de preocupações clássicas de defesa, como sinaliza o conflito entre Rússia e Ucrânia. Também nesse contexto, segundo a ex-Ministra Izabella Teixeira, o que se nota é uma mudança na alocação de poder na ordem internacional, através da qual a crise climática que vivemos tem se fundido definitivamente às questões geopolíticas, portanto, ao chamado *power politics*. O *climate politics* que surge como resultado, como aponta Teixeira, tem se caracterizado então pelo modo como os países que detêm reservas consideráveis de biodiversidade no mundo têm confrontado países poderosos – segundo a lógica da *power politics* – e que não têm reservas ou têm acesso limitado a essas reservas de biodiversidade.

Nesse cenário de instabilidades crescentes, no entanto, poucos calcularam o que o Gen. Etchegoyen denomina “custo do fracasso”. A incapacidade de proteger a soberania e os interesses nacionais em um mundo conflagrado e em disputa por recursos tem um preço impagável. E o diagnóstico é preciso: as crises climática, geopolítica e de segurança não são eventos separados, mas parte de uma única e complexa tempestade.

É em meio a esses desafios contemporâneos que o Brasil precisa pensar sua própria Segurança Nacional. Nesse contexto, os caminhos propostos no debate promovido pelo Centro Soberania e Clima sugerem um novo entendimento de segurança para o país – entendimento que posiciona o clima em transformação em seu epicentro.

Novo Entendimento de Segurança para o Brasil

O primeiro pilar desse novo enquadramento considera a natureza como ativo estratégico fundamental. Para Izabella Teixeira, “a natureza deixa de ser a vítima e passa a ser um grande ator, um grande parceiro de soluções”. Para o Brasil, que está no topo da lista dos 18 países mais megadiversos do mundo e é detentor de cerca de 15 a 20% da biodiversidade global, com a Amazônia tendo importância central, isso significa uma grande vantagem comparativa na nova economia global, uma fonte de poder, inovação e desenvolvimento. Ao mesmo tempo, propõe Teixeira, esse pilar exige responsabilidade e, como consequência, uma mudança na visão sobre desenvolvimento do país. As questões climáticas exigem, desse modo, que o Brasil tome decisões estratégicas sobre a sua própria trajetória de desenvolvimento, baseada em uma economia de baixo carbono.

Embora haja oportunidades para essa construção, os caminhos políticos precisam ser traçados, afirma o Gen. Etchegoyen. E isto, por meio do desenvolvimento de “diálogos e políticas que condizem com os interesses do país e que garantam a segurança de sua população”. No contexto da crescente instabilidade a nível internacional identificada anteriormente, o conceito de soberania ganha, portanto, novos contornos, tendo como base não mais somente a questão territorial, mas a garantia da segurança da população e, nesse contexto, também de seus direitos.

A consecução desse primeiro pilar demanda, desse modo, uma grande pactuação política nacional, além de ciência, conhecimento e tecnologia, conforme afirmaram todos os convidados do debate. Ademais, “essas questões precisam estar refletidas na política externa brasileira, no adensamento de políticas públicas, onde defesa e segurança estão trabalhando conjuntamente com todos os aspectos ligados ao desenvolvimento e à economia do país, além da redução de vulnerabilidades”, aponta Teixeira.

O segundo pilar, articulado por Marcelo Furtado, é o econômico, que guarda relação direta com o entendimento da natureza como ativo estratégico. “Temos que construir uma economia que tenha maior produtividade e que seja positiva para o clima, para a natureza e para as pessoas. Só com essa economia mais próspera que teremos mais recursos para os esforços de adaptação, mitigação e para lidar com as perdas e danos que precisarão ser absorvidos para não deixar ninguém para trás.” Ele ainda apresentou a tese central de que “onde há crime organizado, não há uma economia próspera”. A solução estratégica, portanto, não é apenas combater a ilegalidade por meio de atividades de comando e controle, mas construir ativamente uma “economia próspera que não permita a ação do crime organizado e da economia ilegal”. A construção de políticas públicas sustentáveis e inclusivas torna-se, assim, a mais eficaz ferramenta de segurança e defesa do território.

No contexto amazônico, onde crime organizado e crimes ambientais se sobrepõem, com garimpo ilegal, exploração de madeira, grilagem de terras e narcotráfico gerando uma economia ilegal, corrupção e lavagem de dinheiro, e ameaçando comunidades locais e povos indígenas, esse pilar econômico ganha ainda mais centralidade. Os argumentos trazidos pelo General Vendramin, Comandante Militar da Amazônia Oriental, apontam justamente para esse sentido: “É preciso uma grande visão estratégica para a Amazônia brasileira”, marcada por uma “política duradoura, conciliatória, que atravesse governos e que dê conta do dilema desenvolvimento e preservação”. Segundo o Gen. Vendramin, por detrás das ações repressivas, é necessária uma consistência conceitual que leve ao exercício de políticas públicas de longo prazo na região. E isto exige do Estado brasileiro um planejamento estratégico que envolva as múltiplas dimensões da Segurança Nacional – incluídas as seguranças energética, alimentar, climática e humana.

Já o terceiro pilar diz respeito à dissuasão. O Gen. Etchegoyen compartilha uma lição do Barão do Rio Branco importante nesse contexto: “É preciso ser forte para ser pacífico”. A nova economia verde – que constitui a base para esse novo modelo de desenvolvimento – e a soberania sobre nossos vastos recursos naturais só estarão seguras se o Brasil possuir a capacidade de respaldar seus interesses e dissuadir possíveis ambições externas. A prosperidade e a sustentabilidade, portanto, precisam ser protegidas.

Ao mesmo tempo, essa dissuasão, no século XXI, ultrapassa o campo militar convencional. Ela se expressa também na capacidade tecnológica, científica e diplomática do país. A defesa do território hoje implica proteger dados ambientais, garantir a integridade das cadeias produtivas sustentáveis, dominar tecnologias limpas e assegurar presença ativa nas instâncias internacionais que definem as regras da transição verde. A segurança climática demanda, assim, novas formas de soberania, pois a vulnerabilidade climática também é geopolítica. Proteger nossas florestas, rios e biomas significa, nesse sentido, assegurar o comando sobre informações estratégicas, sobre o uso de recursos naturais e sobre a formulação das narrativas globais que pretendem definir os rumos da transição ecológica.

A dissuasão contemporânea também envolve credibilidade institucional. Um Estado que garante direitos, reduz desigualdades e fortalece a democracia constrói, internamente, a base de legitimidade necessária para projetar estabilidade e confiança externa. A capacidade de dissuadir ameaças não se dá apenas pela força, mas pela coesão social e pela clareza de propósito nacional. Nesse sentido, a integração entre defesa, meio ambiente e diplomacia, como destacaram os participantes do debate, é o caminho para consolidar o Brasil como potência ambiental.

Assim, o tripé natureza, economia e dissuasão não constitui apenas um arranjo conceitual, mas o alicerce de uma nova estratégia nacional. O desafio, como convergiram os debatedores, é transformar essa visão em projeto de Estado, um pacto duradouro que una soberania, segurança e clima como eixos inadiáveis do futuro brasileiro.

E como bem observado por Izabella Teixeira, “Essa é uma agenda de defesa do Brasil, não só do nosso interesse, mas de defesa do povo brasileiro e da nossa democracia.”

Edição Especial: O Brasil na Agenda do Clima

O enquadramento estratégico que emergiu do debate analisado neste prefácio – baseado no tripé natureza, economia e dissuasão – é precisamente o que estrutura esta Edição Especial. Com a 30ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP30, que será sediada em Belém, batendo às portas, nunca foi tão urgente aprofundar esse debate.

O que o diálogo de alto nível definiu como o “novo centro de gravidade”, os textos reunidos aqui exploram em sua capilaridade. Eles mergulham nas especificidades dessa nova realidade, refletindo os desafios e oportunidades que o país apresenta para articular políticas que integrem desenvolvimento sustentável, proteção da biodiversidade e combate às desigualdades sociais.

As discussões abordam desde a nova diplomacia do hidrogênio e o tema da governança climática no meio acadêmico, até os dilemas da transição energética justa no semiárido nordestino e a mineração responsável de minerais críticos. Exploram também os impactos diretos na segurança humana, analisando o envelhecimento nas cidades, a saúde pública, as fronteiras climáticas e as ameaças ao nexo água-energia-alimento na Amazônia, além de avaliar a gestão de riscos de desastres, a proteção de comunidades tradicionais e a própria integração entre clima e defesa na política brasileira.

Os artigos a seguir não são, portanto, análises isoladas. São peças de uma mesma e complexa engrenagem que esta Edição Especial busca montar, demonstrando como a agenda climática já permeia e redefine o projeto de futuro do país.

Esta Edição Especial é a contribuição do Centro Soberania e Clima para os debates que ganham uma urgência inédita no Brasil com a realização da COP30 em Belém. São discussões que, longe de se encerrarem com a Conferência, definem a trajetória de longo prazo e são fundamentais para consolidar a posição do nosso país como líder global não apenas em ambição, mas em implementação.

Ao conectar o enquadramento estratégico do tripé (natureza, economia e dissuasão) às suas ramificações práticas, este volume alinha-se diretamente ao espírito da [Agenda de Ação](#) da COP30, que conclama justamente a sociedade a apresentar soluções concretas e a fortalecer o multilateralismo.

Como afirma o [Presidente da COP30, André Aranha Correa do Lago](#), entramos na “era das consequências” e a adaptação tornou-se “a primeira parte de nossa sobrevivência”. O desafio é “aproximar o regime climático da vida cotidiana das pessoas”. Os caminhos explorados nesta revista — da segurança alimentar à saúde pública, da transição energética justa à proteção de nossos biomas — são a tradução prática dessa tarefa.

O que esta revista oferece são subsídios para essa adaptação estratégica, entendendo que, para o Brasil, soberania, desenvolvimento e resiliência climática são, hoje, uma única e inadiável agenda.

Boa leitura.

Mariana Nascimento Plum, Editora Chefe

Bruna Ferreira, Editora Assistente

Mila Campbell, Editora Assistente